

O Estado de S. Paulo

15/6/1984

Bóias-frias ignoram o acordo e decidem pôr fogo em canavial

Das regionais

A Usina Cerradinho, de Catanduva, despediu ontem os 120 bóias-frias que colocaram fogo em 40 alqueires de cana em represália contra o não atendimento de suas reivindicações. Apesar de o acordo de Catanduva já ter sido referendado pelo sindicato local, os trabalhadores entraram em greve pedindo o pagamento de Cr\$ 300,00 por metro linear cortado — mais de Cr\$ 3 mil por tonelada.

O incêndio ocorreu no Município de Tabapuã, na plantação de um dos proprietários da usina, e a cana queimada — 15 mil toneladas — terá de ser cortada imediatamente, embora ainda não esteja na fase ideal. Cerca de 20 policiais estão de prontidão na cidade, pois a empresa teme novas represálias.

Na região de Ribeirão Preto, uma greve de seis mil cortadores de cana parou ontem a cidade de Pontal, de 18 mil habitantes. Temendo saques, o comércio fechou suas portas e as escolas suspenderam as aulas, mas os trabalhadores que se concentraram no Centro não provocaram nenhum incidente e no final da tarde as seis usinas da região se comprometeram a atender as reivindicações dos bóias-frias — a principal era a eliminação dos empreiteiros ou "gatos".

Mas os bóias-frias também denunciaram que o acordo de Guariba não estava sendo respeitado, com exceção do sistema de corte por cinco ruas. Eles não estavam recebendo Cr\$ 1.500,00 por tonelada, descanso semanal remunerado, registro em carteira, equipamentos e roupas de trabalho e transporte adequado.

A greve foi decidida na noite de quarta-feira, pois ontem eles circulavam na cidade com roupas de passeio e suas mulheres não chegaram a preparar as marmitas. Grupos de até 500 bóias-frias fizeram piquetes nas seis entradas da cidade, só suspensos às 11 horas, quando chegaram os representantes das usinas para discutir as reivindicações.

As usinas comprometeram-se a acabar com os "gatos" e passar a pagar os salários com cheques nominais, além de cumprir o acordo de Guariba. Os equipamentos e roupas de trabalho, porém, só serão fornecidos dentro de 30 dias, prazo que as indústrias levam para fabricá-los. Reunidos em assembléia no final da tarde, os trabalhadores resolveram dar um prazo de 15 dias para o cumprimento das exigências, e hoje retornam ao trabalho.

(Página 12)